

União em defesa da universidade

Docentes, técnicos e estudantes realizaram ações conjuntas nas mobilizações de maio em defesa da Educação e contra os cortes no orçamento



A Feira de Ciências e Sociedade levou milhares de pessoas à praça pública numa mostra da produção científica realizada na UFLA, no dia 15/5

As grandes mobilizações em defesa da Educação, realizadas nos dias 15 e 30 de maio, levaram milhares de pessoas às ruas em diversas cidades do país numa grande corrente contra os cortes no orçamento das universidades e as ameaças de desmonte das Instituições Federais de Ensino.

No dia 15, em Lavras, professores, técnicos administrativos e estudantes se uniram na realização da Feira de Ciências e Sociedade, na Praça Dr. Augusto Silva, no centro da cidade, numa grande mostra do trabalho realizado dentro da Universidade Federal de Lavras (UFLA) nas áreas do Ensino, Pesquisa e Extensão.

O evento, que reuniu ADUFLA, SindUFLA, DCE, APG, SindUTE e Levante Popular da Juven-



No dia 30/5, uma mesa redonda no câmpus das UFLA discutiu o cenário de ataques às universidades e as ameaças de sucateamento das instituições

tude, contou com exposição de trabalhos de mais de 60 Núcleos de Estudos, grupos de Pesquisas, de Extensão e todos os 24 Centros Acadêmicos da universidade.

Para o presidente ADUFLA, professor Antônio Maria Pereira de Resende, o evento atendeu os objetivos de apresentar para a população todo o trabalho realizado na universidade, reafirmando a importância da Educação para o desenvolvimento da sociedade. “Eu tenho certeza que nós atingimos o objetivo de levar até a praça central o que é feito na universidade, mostrando para a cidade a importância da universidade, a importância da educação na vida das pessoas nesse processo de transformação. O evento cumpriu sua missão, como aprovado

pelos docentes em assembleia da Adufla”, afirmou o professor.

Já no segundo dia de mobilização nacional, em 30/5, a comunidade acadêmica voltou a se reunir em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, desta vez no câmpus da UFLA, quando foi realizada uma mesa redonda para discutir a Educação no país, as campanhas de desmoralização das universidades e a estratégia de sucateamento das instituições.

O ato foi organizado em conjunto pela Adufla, SindUFLA, DCE-UFLA, APG e Levante Popular da Juventude e teve como mediadores o coordenador do DCE/UFLA, Matheus de Ávila Fortes e a professora do Direito do Trabalho, doutoranda na USP, Juliana Benício.



Empossada a nova diretoria da ADUFLA

Eleitos para o biênio 2019/2021, integrantes da chapa presidida pelo professor Antônio Maria Pereira de Resende assumem a direção da entidade

Em Assembleia Geral realizada na sexta-feira (5/4), a ADUFLA Seção Sindical teve empossada sua nova diretoria eleita para o biênio 2019/2021, encabeçada pelo presidente o professor Antônio Maria Pereira de Resende (DCC), que concorreu em chapa única na eleição realizada no dia 27 de março de 2019.

Inicialmente, o presidente Franciscal de Mello Carvalho (DAE) abriu a palavra para o professor José Tarcísio Lima (DCF), membro da Comissão Eleitoral, que fez um balanço positivo do processo, que transcorreu de forma natural e legítima, mesmo tendo havido a necessidade de se publicar um segundo edital de convocação diante da inexistência de chapa inscrita nos prazos da primeira chamada.

Em seguida, o professor Franciscal fez uso da palavra para destacar os desafios enfrentados pela sua gestão, tanto em questões locais quanto em âmbito nacional, num período que considerou de constantes ataques aos direitos dos servidores, à carreira docente e à própria universidade pública. O professor fez uma avaliação positiva de seu mandato à frente da entidade ao afirmar ter conseguido, ao lado de toda a sua diretoria, alcançar em grande parte os objetivos propostos ao assumir o cargo.

Já como presidente empossado, o professor Antônio Maria fez questão de agradecer aos colegas que junto dele assumiram o compromisso de conduzir os trabalhos da Seção Sindical na defesa dos interesses da categoria. Ele ressaltou que após acompanhar de forma velada o movimento sindical ao longo dos últimos anos e se beneficiar com as conquistas da categoria, esta seria uma forma de dar a sua contribuição na luta em prol da classe docente.

Em seguida foi aberta a palavra aos presentes para que pudessem externar assim suas considerações quanto ao trabalho realizado pelos ex-diretores bem como deixar registrado os votos de sucesso para os integrantes da nova gestão da ADUFLA.



Em seu último ato como presidente da ADUFLA, o professor Franciscal de Melo Carvalho (DAE) dá posse à nova diretoria da entidade durante Assembleia Geral realizada no dia 5 de abril, no DEA



Cristina Delarete Drummond (DSA), 2ª Secretária; Daniel Augusto Pereira (DAT), 2º Tesoureiro; Heloísa Rosa Carvalho (DAE), 1ª Tesoureira; Antônio Maria Pereira de Resende (DCC), Presidente, e Alcinéia de Lemos Souza Ramos (DCA), Vice-presidente: integrantes da nova diretoria da ADUFLA.



Franciscal de Melo Carvalho (DAE), Cristina Delarete Drummond (DSA), Daniel Augusto Pereira (DAT), Heloísa Rosa Carvalho (DAE), Júlio Silvío de Souza Bueno Filho (DES), Alcinéia de Lemos Souza Ramos (DCA) e Antônio Maria Pereira de Resende (DCC): integrantes da nova diretoria e do Conselho Deliberativo.

Expediente

Jornal da ADUFLA
Informativo da Associação de Docentes da
Universidade Federal de Lavras (UFLA)
Seção Sindical do ANDES-SN

Campus da UFLA, Lavras -MG
CEP 37200-000 - (35) 3829 1167
adufla@adufla.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Jp06962)
Gráfica Novo Horizonte - Lavras-MG / Tiragem 1.000 exemplares

Eleição na ADUFLA transcorreu de forma tranquila

Apesar da necessidade de reedição do edital de convocação para escolha da nova diretoria da entidade, não houve registro de ocorrência durante o processo



Reunião da Comissão Eleitoral, em novembro de 2018, por ocasião da publicação do primeiro edital de convocação, reeditado em fevereiro de 2019: trabalho dobrado mas dentro do que determina o estatuto



Dia de votação para a escolha da nova diretoria, em 27 de março, no Centro de Convivência da UFLA: chapa "Unidade" teve os nomes de seus integrantes aprovados com ampla maioria pela categoria

O processo eleitoral para a escolha da nova diretoria da ADUFLA transcorreu sem maiores problemas. Registrou-se apenas a necessidade de publicação de dois editais de convocação, já que não houve chapa inscrita no prazo da primeira chamada, em novembro de 2018, o que resultou na prorrogação do mandato da antiga diretoria até o início de abril e a publicação de novo edital para a eleição. Apesar disso, o processo se deu de forma transparente e dentro do previsto no Regimento Interno da Seção Sindical.

Desta forma, no dia 27 de março de 2019, 149 docentes participaram da votação, sendo que para a Diretoria foram 145 (cento e quarenta e cinco) votos válidos, 2 (dois) em branco e 2 (dois) nulos; e para o Conselho Deliberativo foram 141 (cento e quarenta e um) votos válidos, 6 (seis) votos em branco e 2 (dois) nulos.

O resultado ratificou os nomes dos integrantes da chapa "Unidade", encabeçada pelo professor Antônio Maria Pereira de Resende (DCC).

Nova Diretoria eleita

Presidente - Antônio Maria Pereira de Resende
 Vice-presidente - Alcinéia de Lemos Souza Ramos
 1º Tesoureiro(a) - Heloísa Rosa Carvalho
 2º Tesoureiro(a) - Daniel Augusto Pereira
 1º Secretário(a) - Fernando Nogueira Martins Júnior
 2º Secretário(a) - Cristina Delarete Drummond

Conselho Deliberativo

Júlia Moretto Amâncio
 Francisval de Melo Carvalho
 Maria Eugênia Batista
 Raquel Márcia Fontes Martins
 João Carlos Giacomini

Suplentes

Júlio Silvio de Souza Bueno Filho
 Amanda Castro Oliveira

Integrantes da nova diretoria apresentaram suas propostas

Faltando cinco dias para a eleição da nova diretoria da ADUFLA, os integrantes da chapa "Unidade" participaram de uma "rodada de conversa" no Anfiteatro do Departamento de Ciência da Computação (DCC/UFLA).

Foi uma oportunidade para o então candidato à presidência da entidade, professor Antônio Maria, e demais integrantes da chapa inscrita apresentarem suas propostas à frente da Seção Sindical. Foi um momento também para falar da motivação de estarem à disposição para trabalhar em prol dos interesses da categoria e dos desafios a serem enfrentados ao longo dos próximos dois anos.

O encontro abriu ainda a oportunidade para que os docentes presentes pudessem tecer considerações, questionamentos e também apoio à chapa.



O então candidato à presidência da ADUFLA, professor Antônio Maria, fala aos presentes durante encontro às vésperas da eleição na ADUFLA

CONTROLE FINANCEIRO - NOVEMBRO/2018**Despesas Escritório**

Funcionários	R\$	7.600,49
Faxina	R\$	524,94
Contas Fixas	R\$	434,40
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	467,80
Material e Manut. Informática	R\$	490,00
Material de Consumo	R\$	1.265,41
Manutenção Café	R\$	127,50
R\$		10.910,54

Despesas Clube

Funcionários	R\$	23.400,35
Contas Fixas	R\$	4.683,13
Material de Consumo	R\$	869,27
Material de Reforma	R\$	4.244,33
Material Esportivo	R\$	153,80
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.620,00
Manutenção Geral	R\$	1.917,23
Evento	R\$	2.353,55
13º	R\$	2.003,15
R\$		43.244,81

Despesas Gerais

Contador	R\$	1.020,00
FGTS, DARF, GPS	R\$	12.913,27
Seguro de Vida	R\$	1.432,61
Unimed	R\$	5.599,90
Contrib. Sindical	R\$	230,29
Correios	R\$	937,69
Tarifas Bancárias	R\$	480,60
R\$		22.614,36

Despesas Sindicais

Andes	R\$	10.272,96
Advogado BH	R\$	2.271,80
Advogado Lavras	R\$	954,00
Jornal Impressão/Agendas	R\$	3.774,00
Despesas diversas	R\$	1.108,67
Diligência	R\$	150,00
Rateio ANDES	R\$	-
R\$		18.531,43

Clube	R\$	43.244,81
Escritório	R\$	10.910,54
Gerais	R\$	22.614,36
Sindicais	R\$	18.531,43
	R\$	95.301,14

Saldo em 31/10/2018	R\$	703,16
Cheques não compensados	R\$	1.255,50

Receita

Contracheque	R\$	88.972,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.432,61
Débito em conta Mensalidade	R\$	3.016,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	2.204,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	1.759,00
Boleto Mensalidade	R\$	928,00
Boleto Sócio Especial	R\$	284,00
Boleto Tênis	R\$	735,00
TOTAL	R\$	99.330,61

CONTROLE FINANCEIRO - DEZEMBRO/2018**Despesas Escritório**

Funcionários	R\$	7.719,83
Faxina	R\$	440,94
Contas Fixas	R\$	656,53
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	486,83
Material e Manut. Informática	R\$	283,00
Material de Consumo	R\$	1.109,10
13º	R\$	2.931,81
R\$		13.628,04

Despesas Clube

Funcionários	R\$	24.053,10
Contas Fixas	R\$	4.805,73
Material de Consumo	R\$	2.638,11
Material de Reforma	R\$	4.264,58
Material Esportivo	R\$	259,70
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.952,00
Manutenção Geral	R\$	815,62
Evento	R\$	19.933,81
Férias	R\$	2.263,88
13º	R\$	7.891,85
Outras Despesas	R\$	1.509,15
R\$		72.387,53

Despesas Gerais

Contador	R\$	2.040,00
FGTS, DARF, GPS	R\$	22.467,02
Seguro de Vida	R\$	1.577,69
Unimed	R\$	8.942,97
Contrib. Sindical	R\$	230,29
Correios	R\$	100,00
Tarifas Bancárias	R\$	706,05
R\$		36.064,02

Despesas Sindicais

Andes	R\$	10.247,26
Advogado BH	R\$	2.317,48
Advogado Lavras	R\$	954,00
Jornal Impressão/Agendas	R\$	3.774,00
Despesas diversas	R\$	952,56
Diligência	R\$	287,45
R\$		18.532,75

Clube	R\$	72.387,53
Escritório	R\$	13.628,04
Gerais	R\$	36.064,02
Sindicais	R\$	18.532,75
	R\$	140.612,34

Saldo em 31/12/2018	R\$	161,39
Cheques não compensados	R\$	231,00

Receita

Contracheque	R\$	89.082,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.577,69
Débito em conta Mensalidade	R\$	2.784,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	2.204,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	1.759,00
Boleto Mensalidade	R\$	812,00
Boleto Sócio Especial	R\$	284,00
Boleto Tênis	R\$	525,00
TOTAL	R\$	99.027,69

CONTROLE FINANCEIRO - JANEIRO/2019**Despesas Escritório**

Funcionários	R\$	7.768,66
Faxina	R\$	420,00
Contas Fixas	R\$	407,08
Material de Papelaria/Gráfica	R\$	1.166,40
Material e Manut. Informática	R\$	200,00
Material de Consumo	R\$	1.225,64
Manutenção Geral	R\$	95,00
Estagiárias	R\$	133,00
Férias	R\$	2.511,47
R\$		13.927,25

Despesas Clube

Funcionários	R\$	23.628,02
Contas Fixas	R\$	4.012,21
Material de Consumo	R\$	1.441,41
Material de Reforma	R\$	6.275,00
Manutenção Piscina e Sauna	R\$	3.500,00
Manutenção Geral	R\$	4.001,48
Evento	R\$	1.495,25
R\$		44.353,37

Despesas Gerais

Contador	R\$	1.020,00
FGTS, DARF, GPS	R\$	13.603,09
Seguro de Vida	R\$	1.432,61
Unimed	R\$	5.863,41
Contrib. Sindical	R\$	230,29
Tarifas Bancárias	R\$	482,60
R\$		22.632,00

Despesas Sindicais

Andes	R\$	20.545,27
Advogado BH	R\$	2.271,90
Advogado Lavras	R\$	954,00
Diárias	R\$	4.112,30
Jornal Impressão/Agendas	R\$	5.974,00
Passagem/Hotel	R\$	6.347,96
Despesas diversas	R\$	40,00
R\$		40.245,43

Clube	R\$	44.353,37
Escritório	R\$	13.927,25
Gerais	R\$	22.632,00
Sindicais	R\$	40.245,43
	R\$	121.158,05

Saldo em 31/01/2019	R\$	80.579,49
Cheques não compensados	R\$	2.429,00

Receita

Contracheque	R\$	178.054,00
Débito em conta Seguro	R\$	1.432,61
Débito em conta Mensalidade	R\$	6.032,00
Débito em conta Pensionistas	R\$	4.060,00
Débito em conta Sócio Especial	R\$	3.376,00
Boleto Mensalidade	R\$	2.088,00
Boleto Sócio Especial	R\$	926,00
Boleto Tênis	R\$	717,00
TOTAL	R\$	196.685,61

Ponto de Vista

DOS PRIVILÉGIOS À REFORMA?

Prof. Renato Silverio Campos

Quando, em 1988, foi promulgada a atual constituição do Brasil, também foi concebida uma nova forma de entendimento da Previdência Social. Na ocasião, um conjunto de ações envolvendo Saúde, Assistência e Previdência foram organizados em uma "nova" função do Estado: a Seguridade Social. É nesse momento que se estabeleceram os parâmetros de gestão da previdência social que temos hoje, marcado, principalmente, por seu aspecto de arrecadação entre empregadores, empregados e o Estado (conjunto das instituições que controlam e administram uma nação). Além disso, foi definido o regime de repartição como meio exclusivo de transferências intergeracional, que em outras palavras significa propor um pacto direto entre gerações, pois os trabalhadores ativos de "hoje" (geração atual) pagam os benefícios dos inativos também de "hoje" (geração passada).

Vale também resgatar as formas de financiamento previdenciário regulamentados à época da constituição de 1988. Haviam, por hipótese, 5 tributos que deveriam financiar a Seguridade Social: i) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); ii) Programa de Integração Social (PIS); iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); iv) INSS patronal; e por fim, v) INSS sobre folha de salário. Considerando a concepção tripartite da previdência (empregados, empregadores e Estado), na prática, isso deveria significar que a parcela do empregado seria o INSS sobre folha, a do empregador o INSS patronal, e a parte do Estado, a CSLL, o PIS e a Cofins.

Contudo, e com o passar de outros governos (FHC, Lula e Dilma) esse entendimento tripartite foi alterado para o seguinte: a previdência deveria ser financiada apenas pelo trabalhador e empregador, e a CSLL, PIS e Cofins deveriam ser desvinculados da previdência. Assim, a parte que caberia ao governo passou a ser chamada de déficit, o que antes era sua cota parte de responsabilidade.

Municipados com esse argumento de déficit, os governos FCH, Lula e Dilma promoveram alterações na previdência, na expectativa de resolverem exatamente esse "déficit".

Atualmente, o governo Jair Bolsonaro também tem insistindo na retórica que esse sistema se esgotou, mas agora com um fundamento novo: o combate aos privilégios!

Analisar a previdência sob um olhar de privilégios é construir uma "cortina de fumaça" sobre todos os problemas que caracterizam a previdência no Brasil, além é claro, de discutir o conceito do privilégio a partir da própria conveniência. O fato é que os privilégios estão enraizados na estrutura de Estado (e não de governo) no Brasil, de diversas outras formas. Como



exemplos: i) os rentistas do sistema financeiro, que se enriquecem por meio da dívida do Estado, e não geram emprego; ii) O Sistema Tributário regressivo, que onera relativamente mais as famílias de menor renda; iii) o Mercado de Trabalho, que desemprega os indivíduos mais vulneráveis.

Assim, justificar a reforma da previdência como um combate aos privilégios, compromissou o governo a fazer as seguintes reformas: i) uma reforma do sistema bancário, que retire os privilégios dos rentistas; ii) uma reforma trabalhista que proteja os indivíduos sem oportunidades de formação técnica e que sofrem qualquer tipo de discriminação no mercado de trabalho; iii) uma reforma tributária no sentido da progressividade (os mais ricos pagariam mais, e os mais pobres pagariam menos, relativamente a própria renda). Mas, me parece improvável que esses privilégios sejam discutidos por esse governo.

Temos que considerar, por outro lado, que o problema da previdência atualmente é mais dramático do lado da arrecadação. Segundo dados recentes do IBGE, 12,7% da força de trabalho, equivalente a 13,4 milhões de pessoas, estão desempregadas. Essa situação, naturalmente, diminui a arrecadação previdenciária sobre folha de salários, sobre o patronal e, indiretamente, sobre o PIS, Cofins e CSLL. Portanto, discutir problemas previdenciários em momentos de crise de desemprego, me parece inoportuno.

Outro problema que se tornará presente é a questão da transição demográfica. Considerando nosso regime de repartição, o aumento na expectativa de vida, somada à diminuição da taxa de fecundidade, levará o Brasil, nas próximas décadas, a uma diminuição do número de trabalhadores por inativo.

Portanto, se temos que reformar nossa previdência, e considerando que os privilégios devem ser atacados, sugiro inicialmente: i) uma reforma tributária, que aumente relativamente os impostos para os mais ricos e diminua o ônus dos

mais pobres, com um exemplo sendo o imposto sobre grandes fortunas (já previsto na constituição) que poderia ajudar no financiamento da previdência, na parte que deveria caber ao Estado; ii) uma auditoria na dívida do Estado, que poderia diminuir o rolamento de pagamento de juros para os rentistas do sistema financeiro e realocar esses recursos para a previdência; iii) políticas econômicas expansionistas, que diminuiria a taxa de desemprego e, por consequência, aumentaria a arrecadação previdenciária.

Reparem que, essas medidas, além de atacarem os privilégios mais graves da nossa estrutura de Estado, aumentariam a arrecadação da previdência sem, inicialmente, atacar os benefícios e aposentadorias.

Por fim, temos um outro aspecto a discutir. A partir da concepção da previdência pela constituição de 1988, foi "pendurado" na Seguridade Social, uma outra função de Estado bastante sensível: a assistência social. Apenas a rigor, a diferença básica entre assistência e previdência é que para a previdência o contribuinte precisa pagar (contribuir) para recebê-la, já na assistência não há contrapartida DIRETA do contribuinte, ou seja, a pessoa recebe um benefício pela sua condição, não pelo seu pagamento. Ao colocar a assistência social dentro da previdência, naturalmente aumenta-se o "déficit", pois há aumento de benefícios sem aumento de arrecadação, e não se discute a responsabilidade do Estado nessa questão. Ora, assistência deveria ser uma responsabilidade do Estado e não um somador de déficit previdenciário. No caso da nossa previdência, a LOAS/BPC, por exemplo, deveria estar "hospedada" na assistência social e não na previdência.

Portanto, se vamos discutir a insolvência do sistema previdenciário no Brasil, vamos começar pela estrutura de arrecadação previdenciária e pelos privilégios do sistema financeiro, que é onde estão as verdadeiras "balbúrdias".

ANDES protocola pauta de reivindicações dos docentes

Representantes da Comissão Nacional de Mobilização entregam a lista de reivindicações dos docentes das IFE no MEC e Ministério da Economia

A Comissão Nacional de Mobilização (CNM) do ANDES-SN protocolou a pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino junto ao governo federal. O documento foi entregue, nesta terça-feira (16), nos ministérios da Educação (MEC) e da Economia. A pauta foi aprovada no 38º Congresso Nacional do ANDES-SN, em janeiro.

No documento, os docentes reafirmam a defesa do caráter público da educação e de melhores condições de trabalho nas instituições. Além da luta pela garantia da autonomia e democracia nas IFEs e pela reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados.

“A pauta do setor das Ifes é resultado dos debates e deliberações da base no Congresso de janeiro, realizado em Belém (PA). Diante do avanço dos cortes de orçamento da Educação e das ameaças crescentes à liberdade de cátedra e à autonomia das universidades, se trata de um documento com pautas que abarcam nossa preocupação na manutenção da educação pública, gratuita e pela valorização do trabalho docente”, explicou Francieli Rebelatto, da Sesunila Seção Sindical, integrante da CNM.

A carta entregue aos ministérios destaca a indignação dos docentes diante da falta de disposição de negociação do governo federal, nos últimos dois anos. Ratifica, ainda, a necessidade de uma agenda de negociações sobre os temas propostos na pauta.

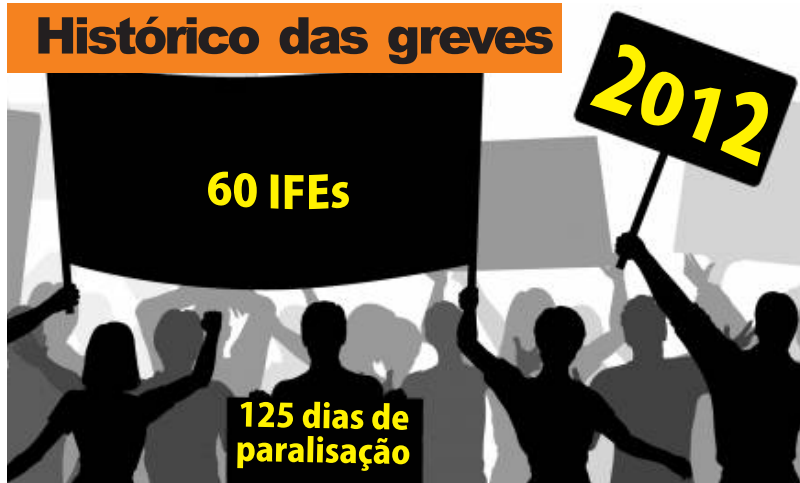
Segundo Gilberto Correia da Silva, da Apug Seção Sindical, que também é



Francieli Rebelatto, da Sesunila Seção Sindical, e Gilberto Correia da Silva, da Apug Seção Sindical, na entrega da Pauta do ANDES-SN no MEC

1º secretário da Regional Planalto do ANDES-SN, a expectativa é que o governo agende a negociação. “Achamos difícil, dada às características desse governo, mas esperamos que ele se sensibilize e nos chame para negociar. Nós temos um histórico de muitas pautas de reivindicações entregues que levaram anos para serem debatidas. É importante mantermos a mobilização. E nós vamos cobrar junto aos ministérios que nos ouçam e que nos recebam”, ressaltou.

Histórico das greves



125 dias de paralisação

Resultados

Após simulacro de acordo assinado pelo Proifes, o Governo enviou PL 4368/12, que “Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros; de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e dá outras providências.”

Reivindicações

Universidade Pública: Garantia de que o caráter público da universidade - garantia de financiamento público estável - garantia das condições para o exercício do trabalho docente - garantia da Carreira Única para todos os docentes da IFES - garantia de aposentadoria integral e paridade entre ativos e aposentados - contratação de docente somente pelo Regime Jurídico Único - estabilidade no emprego como regra nas IFES e serviços públicos - garantia do caráter público e da função social das IFES, entre outros tópicos.

Financiamento e estrutura organizacional: preenchimento dos cargos vagos, garantia de recursos, incentivo à pesquisa, contratação de professores substitutos limitada às situações de excepcionalidade, impedir a criação das Fundações de Direito Privado em áreas do Serviço Público, criação de mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE, entre outras.

Democratização das instituições e relações de trabalho: respeito aos processos eleitorais das IFE, distribuição democrática dos recursos e cargos dentro das IFE, democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP.

Condições de trabalho e seguridade: fim da precarização do trabalho docente, ampliação da infraestrutura para a pesquisa, combate ao assédio moral, apoio à capacitação do docente.

Carreira Única: reestruturação e unificação da carreira docente e cargos do Magistério Federal, não à extinção da RJU, fim da precarização da carreira, entre outras.

Política Salarial: revisão anual dos vencimentos dos servidores, política de recuperação de perdas históricas, definição das Diretrizes Gerais para o Plano de Carreira dos SPF, piso salarial dos docentes, equiparação salarial dos professores substitutos dos efetivos, entre outros pontos.

Proposta Salarial: incorporação das gratificações ao vencimento, interstício de 5% entre os níveis da carreira, paridade e integralidade para os aposentados.

Prestação de contas da ADUFLA de 2018 foi aprovada

Reunidos em Assembleia Geral Ordinária, no dia 2 de maio, docentes aprovam parecer do Conselho Deliberativo sobre os balanços financeiros de 2018

Parecer do Conselho Deliberativo da ADUFLA Seção Sindical relativo à prestação de contas de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada na tarde de quinta-feira (2/5), no Anfiteatro do Departamento de Administração.

Após abertura dos trabalhos, o ex-presidente da entidade, professor Francisval de Melo Carvalho, que teve mandato encerrado no último dia 5 de abril, apresentou um relatório geral das despesas e receitas do período, que fechou com saldo positivo.

O ex-presidente apresentou os balanços por segmento, como as despesas do Clube de Campo, Despesas Sindicais, de Remuneração e Encargos e Despesas Financeiras, detalhando alguns investimentos de forma específica dentro do universo geral dos gastos, como, por exemplo, a instalação do sistema de energia elétrica fotovoltaica no Clube de Campo e com o processo de regularização do terreno do clube, que se encontra em processo final de execução.

Professor Francisval esclareceu as dúvidas levantadas pelos docentes presentes e ouviu sugestões, como às que se referem à adoção de



Professor Francisval de Melo Carvalho apresentou os balanços financeiros de 2018, segundo ano de sua gestão à frente da ADUFLA: “Fechamos o ano com balanço positivo”

procedimentos contábeis que possam oferecer uma melhor compreensão dos balanços, em especial em relação ao que seriam os gastos com as atividades sindicais e àquelas relativas ao

Clube de Campo, de forma detalhada. Questões que poderão ser agora analisadas pela nova diretoria da entidade, presidida pelo professor Antônio Maria Pereira de Resende.

Panorama Nacional

Perdas salariais dos servidores públicos serão ainda maiores com aprovação da Reforma da Previdência

Caso a PEC 06/2019, que pretende instituir a “Nova Previdência” do Governo Bolsonaro, seja aprovada da forma como foi apresentada, as perdas efetivas nos salários e também nas aposentadorias dos servidores públicos serão ainda maiores caso a proposta seja aprovada na forma que passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.

Tomando como base as médias salariais dos docentes por Classe, as perdas com o aumento da contribuição previdenciária, somadas às previsões de inflação para 2019/2020, estariam entre 8,28% a 12,26% dos salários, dependendo da posição em que o servidor se encontra na carreira e de sua data de ingresso. Vale lembrar que os índices previstos para a inflação no período podem sofrer alterações para mais ou para menos.

Para os docentes na classe Adjunto ingressos até 2013, as contribuições previdenciárias teriam um acréscimo de 2,59%, passando de 11% para 13,59%, que, somadas à previsão de uma inflação de 8,1% para 2019/2020 (Banco Central/Valor Econômico - Abril/2019), resultariam numa perda de 10,69% nos salários dos professores da ativa.

Para os aposentados nesta faixa, que teriam a taxa de contribuição efetiva elevada de 5,86% para 8,13% com a aprovação da PEC 06 sobre o valor total da aposentadoria, as perdas ficariam em 10,37% em dois anos. Para aqueles ingressos após 2013, cujo índice de desconto efetivo sobre o total da aposentadoria passaria de 5,14% para 5,46%, essas perdas seriam de 8,42%.

Na mesma linha de comparação, os docentes na classe Associado ingressos até 2013, cujas contribuições previdenciárias passariam de 11% para 14,43%, as perdas salariais seriam de 11,53% quando somadas à inflação do período,

Classe	Contribuição Hoje	Contribuição com a PEC 06	Diferença	Perdas mais Inflação
Adjunto Ativo Até 2013	11%	13,59%	+ 2,59%	10,69%
Adjunto Ativo Após 2013	5,14	5,46%	+0,32%	8,42%
Aposentado	5,86%	8,13%	2,27%	10,47%
Associado Ativo Até 2013	11%	14,43%	3,43%	11,53%
Associado Ativo Após 2013	3,65%	3,88%	+0,23%	8,33%
Aposentado	7,35%	10,55%	3,2%	11,3%
Titular Ativo Até 2013	11%	15,16%	+4,16%	12,26%
Titular Ativo Após 2013	2,85%	3,03%	0,18%	8,28%
Aposentado	8,15%	12,14%	+3,99%	12,09%

enquanto as perdas para os aposentados, que teriam a alíquota de contribuição efetiva elevada de 7,35% para 10,55%, ficariam em 11,3%. Para quem ingressou após 2013, as perdas seriam de 8,33%.

Para o docente Titular ingresso até 2013, a contribuição previdenciária subiria de 11% para 15,16%, um acréscimo de 4,16% para aqueles da ativa, numa perda de 12,26%. Para os aposentados, esse acréscimo seria de 3,99%, resultando em perdas de 12,09%. Para o docente titular ingresso após 2013 a perda seria de 8,28%.

Clube de Campo

Sistema de energia fotovoltaica já apresenta bons resultados

Em operação desde janeiro de 2019, produção de energia elétrica por aproveitamento solar resulta em redução no valor das contas no Clube de Campo

Desde o dia 17 de janeiro de 2019, após a homologação por parte da Cemig, o sistema de produção de energia elétrica por placas fotovoltaicas entrou em operação no Clube de Campo. Com base nesses três meses de funcionamento, o projeto já apresenta resultados diretos na redução do consumo de energia, com a consequente diminuição no valor das contas de energia elétrica pagas pelo sindicato, algo superior aos 50%.

Enquanto a média dos gastos com energia elétrica no Clube de Campo ficava na casa dos R\$ 3.700,00 em períodos normais de utilização, um levantamento preliminar da empresa Bec-Volt, responsável pela instalação e manutenção do sistema, aponta uma média de R\$ 1.300,00 nestes três primeiros meses de funcionamento.

De acordo com responsável técnico da Bec-Volt, Júlio César Filho, o contrato estabelecido com a ADUFLA prevê relatórios anuais que apresentam dados mais abrangentes sobre a produção do sistema e a economia final, já que estariam registradas todas as variações naturais ao longo do período, como as mudanças climáticas nas diferentes estações do ano, por exemplo, que



incidem diretamente na média final de produção. “Oficialmente os relatórios serão anuais, porém, com a mudança da diretoria da ADUFLA, decidimos fazer este levantamento preliminar como forma de dar mais transparência no trabalho que estamos prestando e para dar uma noção da produção do sistema, lembrando que a energia gerada é utilizada primeiramente nas dependências do clube até o teto da demanda, e só a partir daí que

essa energia excedente é injetada na rede da Cemig”.

Vale destacar que por decisão da ADUFLA ao contratar o serviço, o sistema implantado neste primeira etapa atende parcialmente o consumo do Clube de Campo, podendo ser ampliado. O projeto implantado trabalha com gerador com potência total de 16,50 Kw, o que resulta numa capacidade de geração anual de 25.526,11 kWh.

Coquetel de posse da nova diretoria

Na mesma data da Assembleia Geral para a posse da nova diretoria da ADUFLA, 4 de abril, os integrantes da chapa “Unidade” receberam os cumprimentos durante coquetel de confraternização no Clube de Campo. Momento de descontração antes do início dos trabalhos à frente da entidade.



Dia das Mães

O Dia das Mães foi comemorado pela ADUFLA com um almoço especial oferecido às mães associadas no Clube de Campo, numa tarde de homenagens mais do que justa a essas guerreiras, que além da arte de ensinar também são exemplo de dedicação no esteio familiar.

